

Só 17% das embalagens e restos de medicamentos foram entregues nos locais adequados

Dados divulgados pela ZERO, que defende a necessidade de repensar o Sistema de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos por estar “excessivamente” dependente da colaboração dos cidadãos.

A ZERO teve acesso a dados disponibilizados pela indústria farmacêutica à VALORMED e constatou que “cerca de 304 milhões de unidades de embalagens de venda” foram colocadas no mercado português em 2017. Este volume corresponde a “um potencial de resíduos (embalagens e medicamentos) de 5895 toneladas”. No entanto, os consumidores “apenas entregaram 975 toneladas nas farmácias”.

Apesar de se registar um aumento de 8%, face a 2016, nos resíduos recolhidos, “a maior parte dos portugueses não está a encaminhar correctamente” os resíduos das embalagens e restos de medicamentos adquiridos, observa a ZERO, admitindo que pode estar a ocorrer “uma alarmante deposição de restos de medicamentos nas redes de drenagem das águas residuais.”

A organização ambientalista que “estima que cerca de 300 toneladas de medicamentos que sobram após a sua utilização doméstica, 44% do total de resíduos de medicamentos fora de uso gerados, não retornam aos pontos de recolha”.

Um estudo realizado recentemente pelo Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE — Universidade de Lisboa), no âmbito do projecto Biopharma, veio confirmar a presença de resíduos de antibióticos, de anti-hipertensivos e anti-inflamatórios em mais de 90% das amostras de água recolhidas no estuário do Tejo. É provável que “uma parte” das substâncias farmacológicas esteja “a ser introduzida em meio natural”, com maior incidência no meio hídrico, para onde estarão a ser encaminhados através das águas residuais domésticas (rede de esgotos), os restos de medicamentos não utilizados.

Apesar de “não haver qualquer evidência” de que a presença de algumas substâncias ligadas ao uso de medicamentos (incluindo as de uso veterinário) nas águas subterrâneas e superficiais possa colocar em risco a saúde humana, “existem estudos que constataam que podem estar a ocorrer impactes em diversas espécies dos meios aquáticos, nomeadamente em peixes” refere a ZERO.

Com efeito, muitas destas substâncias “têm um período de semivida relativamente longo”, pelo que a sua permanência e acumulação nos ecossistemas “será uma realidade a médio e longo prazo”. Desta forma, “podem aumentar os riscos, quer para os ecossistemas, quer para a saúde humana” assinalam os ambientalistas, realçando um pormenor: este tipo de substâncias, “não são passíveis de tratamento nos sistemas de saneamento urbano”, por não existir tecnologia para a sua remoção dos efluentes domésticos.

Face a estes números que demonstram a quase estagnação dos indicadores de desempenho do Sistema de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos (SIGREM), a ZERO considera que “chegou o momento de se repensar o modelo” alegando que se encontra “excessivamente dependente da colaboração dos cidadãos.” E avança em alternativa um conjunto de propostas: a “avaliação de uma tara retornável” aplicada às embalagens; a “criação de uma campanha em 2019”, com um incentivo monetário para que os medicamentos fora de prazo sejam entregues nos pontos de recolha; o “alargamento imediato” dos pontos de recolha às cerca de 1250 parafarmácias existentes em Portugal (existem “muitos cidadãos” que recorrem a estes espaços para adquirir produtos farmacêuticos de venda livre), e a instalação de “novos pontos de recolha” em instituições locais da economia social (IPSS e bombeiros voluntários, por exemplo.).